

Prefeitura de São Caetano tenta censurar matéria sobre alta na mortalidade de ‘mulheres em idade fértil’

Em uma reação agressiva à divulgação de dados oficiais do Ministério da Saúde, a Prefeitura de São Caetano enviou nota ao **Repórter Diário (RD)** na qual tenta desqualificar o trabalho jornalístico deste veículo, ao utilizar termos como “amadorismo”, “despreparo” e “fake news”. O motivo do descontentamento da administração municipal foi a reportagem que revelou uma alta de 27,7% no número de Mortes de Mulheres em Idade Fértil (MIF) na cidade entre 2024 e 2025, o maior crescimento registrado em todas as cidades do ABC.

A Prefeitura alega que houve um “erro conceitual” ao relacionar o indicador MIF à mortalidade materna. No entanto, é necessário esclarecer que o jornalismo atua sobre o interesse público e sobre o que os dados oficiais revelam. O MIF é um indicador demográfico e de saúde fundamental que monitora os óbitos de mulheres entre 15 e 49 anos.

Se uma cidade registra um salto de quase 30% nas mortes de sua população feminina jovem e adulta em apenas um ano, é dever da imprensa questionar as causas e cobrar explicações, independentemente de os óbitos serem classificados como causas obstétricas diretas ou não. Considerando só as mortes por causas obstétricas diretas, no ano passado o ABC teve duas mortes, sendo uma em Diadema e outra em Santo André.

Ao acessar o portal oficial do Governo Federal (plataforma.saude.gov.br/mortalidade/materna/), qualquer cidadão pode verificar que o MIF é a base estatística fundamental para monitorar a saúde das mulheres e identificar falhas na assistência. Ao classificar como “fake news” o uso de dados extraídos de um painel intitulado “Mortalidade Materna” pelo Ministério da Saúde, a Prefeitura de São Caetano não ataca apenas o **RD**, ela ataca a verdade e as próprias instituições de saúde do País.

A tentativa da Prefeitura de isolar os dados epidemiológicos do caso real da paciente Vanessa Félix da Silva, de 31 anos, ignora a gravidade dos fatos. Vanessa era, tecnicamente, uma mulher em idade fértil que faleceu em uma unidade da rede municipal de São Caetano após complicações pós-parto, três

intervenções cirúrgicas e uma sucessão de falhas informativas admitidas pela própria gestão. Embora a nota oficial da Prefeitura tente blindar a assistência médica de qualquer crítica, alegando que os órgãos competentes ainda não concluíram as investigações, a realidade enfrentada pela família de Vanessa expôs fissuras graves no sistema.

Curiosamente, a postura beligerante da Secretaria de Comunicação da Prefeitura entra em choque direto com as declarações da vice-prefeita de São Caetano, a médica Regina Maura Zetone. Em entrevista ao **RD**, a ex-secretária de Saúde, com mais de duas décadas de experiência na área, não utilizou o termo “fake news” para descrever a crise. Pelo contrário, Regina Maura admitiu que houve falha de gestão, falta de acolhimento e um “déficit de comunicação” imperdoável por parte da diretoria do Hospital Márcia Braido e da própria Secretaria de Saúde. Ao demitir uma funcionária terceirizada e atribuir a ela a culpa pelo desencontro de informações, a Prefeitura tenta reduzir um problema sistêmico a um erro individual, estratégia que a vice-prefeita prontamente criticou ao afirmar que o secretário de Saúde deve estar na “linha de frente” em casos de óbito materno.

A Prefeitura afirma ainda, em sua nota, prezar pela transparência. Todavia, a transparência se prova na prática: antes da publicação da reportagem, o governo municipal foi procurado para comentar o expressivo aumento de 27,7% nas mortes de mulheres em idade fértil e optou pelo silêncio. A resposta só veio após a repercussão do caso, e em tom de ataque.

O conteúdo da nota agressiva da Prefeitura de São Caetano foi replicado nos comentários das redes sociais do RD por um perfil denominado ‘pesca_e_resenha’. Como esse perfil teve acesso à informação, considerando que o texto era uma comunicação privada entre a Prefeitura e a redação do Repórter Diário? É alarmante que uma estrutura de governo utilize perfis suspeitos para disseminar ataques institucionais, o que sugere uma tática organizada de perseguição à liberdade de imprensa.

Outro ataque da atual gestão ocorreu em maio deste ano. Integrantes do **Repórter Diário** foram removidos sumariamente do grupo oficial de WhatsApp da imprensa da Prefeitura. O desligamento ocorreu durante a transmissão de uma live com a vice-prefeita Regina Maura Zetone, na qual a médica denunciava o prefeito Tite Campanella por suposta violência política de gênero – caso que já é alvo de investigação pelo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP). A remoção de um veículo de comunicação de canais oficiais de informação é uma retaliação política inaceitável em uma democracia. Grupos de imprensa de órgãos públicos não são propriedades particulares de prefeitos ou secretários; são ferramentas de transparência custeadas com dinheiro público. Ao expulsar o **RD**, a Prefeitura tenta

restringir o acesso à informação e impedir o jornal de dar voz a pensamentos divergentes e por fiscalizar o poder.

O **Repórter Diário** reafirma seu compromisso com a verdade e com a população do ABC. O papel da imprensa livre não é o de cancelar comunicados oficiais que tentam suavizar estatísticas desconfortáveis, mas o de dar voz a famílias que, como a de Vanessa, buscam respostas em meio ao luto. Agressões verbais em notas oficiais não alteram o fato de que, em São Caetano, os números do Ministério da Saúde apontam um sinal de alerta para a vida das mulheres que a administração municipal tem o dever de proteger.

Veja nota da Prefeitura de São Caetano após a publicação dos números

A Prefeitura de São Caetano do Sul repudia a forma como a reportagem publicada pelo portal **Repórter Diário** apresenta dados relacionados à saúde pública do município que, com amorosismo e despreparo, estabelece uma associação indevida entre um caso clínico específico, ainda em apuração, e indicadores epidemiológicos do Ministério da Saúde.

A matéria utiliza o indicador MIF (Mortalidade de Mulheres em Idade Fértil) como se representasse mortalidade materna. Trata-se de um erro conceitual. É desinformação em estado puro, a verdadeira “fake news” que tanto devemos combater. O MIF contempla todos os óbitos de mulheres entre 15 e 49 anos, independentemente da causa, incluindo acidentes, neoplasias, doenças cardiovasculares, causas externas e demais ocorrências. Não se trata de indicador de mortalidade materna, tampouco de avaliação da qualidade da assistência obstétrica.

A reportagem também incorre em grave impropriedade ao relacionar esse indicador a um caso específico que permanece sob investigação técnica. Até o presente momento, não há qualquer conclusão dos órgãos competentes que aponte erro médico ou responsabilidade da equipe assistencial, circunstância reconhecida, inclusive, por diferentes agentes públicos que acompanham o caso. Antecipar conclusões e utilizá-las para sustentar uma narrativa sobre indicadores de saúde representa uma irresponsabilidade e um desserviço à informação e à população.

Os próprios dados oficiais do Ministério da Saúde demonstram que São Caetano do Sul registrou zero óbito por causas obstétricas diretas no período analisado, indicador específico utilizado para monitorar mortes decorrentes de complicações da gestação, do parto ou do puerpério. A omissão dessa informação compromete o equilíbrio da reportagem e impede que o leitor compreenda corretamente o cenário

da saúde materna no município.

A Prefeitura reafirma seu compromisso com a transparência, com a divulgação responsável de informações e com a permanente qualificação da assistência prestada à população. Da mesma forma, espera que a cobertura jornalística sobre temas sensíveis, especialmente aqueles que envolvem vidas humanas, seja pautada pelo rigor técnico, pela contextualização dos dados e pelo respeito aos fatos efetivamente apurados, evitando interpretações que possam induzir a sociedade ao erro.

Caso Vanessa

Teve grande repercussão o caso da maquiadora Vanessa Félix da Silva, de 31 anos, que se internou no hospital Márcia Braido, em São Caetano no dia 25 de junho em trabalho de parto. A jovem realizava o sonho de ser mãe de uma menina e já tinha um filho de 10 anos.

Após ter a bebê a mãe teve complicações, foi submetida a três cirurgias para conter uma hemorragia e sua morte foi atestada seis dias depois. A família acusa o hospital de erro médico. Familiares ouvidos pelo **RD** contaram que ela teria tido uma perfuração no útero que teria causado a hemorragia. Também acusaram o hospital de informações desencontradas, em momento falaram da morte clínica sendo que outros funcionários falavam que ela estava viva. Com isso a família praticamente acampou na porta do hospital em vigília.

A Prefeitura negou erro médico, disse que tudo foi feito para salvar a paciente. “Após o parto, a paciente apresentou sangramento interno, sendo encaminhada para nova intervenção cirúrgica. Com registro de hemostasia (parada do sangramento), foi encaminhada para UTI. Com surgimento de novo sangramento, a equipe médica realizou nova intervenção cirúrgica para realização de histerectomia total (retirada do útero). Antes da realização da histerectomia, a paciente teve uma parada cardíaca em decorrência da perda excessiva de sangue. Todo esse atendimento aconteceu no período de 12 horas”.

Sobre o desencontro de informações que alongaram a angústia dos familiares a Prefeitura atribuiu a culpa a uma funcionária que foi demitida. “Em nenhum momento se omitiu da família o quadro da paciente. Inclusive, foi liberado acesso total dos familiares à UTI – na última sexta-feira (26/6), 27 familiares foram autorizados a visitar a paciente. A Secretaria esclarece, ainda, que informações inverídicas sobre o estado de saúde da paciente foram repassadas, de forma indevida, por um porteira terceirizada, sem qualquer participação da equipe médica ou autorização da instituição. Essa prestadora foi demitida”, diz a nota.

Advogado da família aguarda laudo do IML

Diante da suspeita levantada pela família de erro médico, o advogado José Santana Júnior, especialista em Direito da Saúde, e que representa a família de Vanessa, disse que ainda é cedo para conclusões e que vai esperar o laudo do IML (Instituto Médico Legal) para definir os próximos passos.

A atuação de Júnior tem sido de amparar a família, de acompanhamento para a realização do boletim de ocorrência. “O atestado de óbito não traz elementos que possam apontar morte suspeita, por isso precisamos esperar o laudo do IML. A alegação de que Vanessa tinha uma gravidez de risco – histórico de eclâmpsia – não foi confirmada pela família que sustenta que a gravidez foi normal, inclusive com rotina de consultas de pré-natal e exames. Eu orientei a família, na delegacia, a falar sobre a suspeita do erro médico, diante das três cirurgias. Eu acredito na polícia e o legista fará essa averiguação. Com o laudo, mais o prontuário médico, pode-se iniciar a apuração e só depois pensar em responsabilização”, diz o advogado.

Mesmo com a conclusão do IML, o advogado não descarta a possibilidade da solicitação de um novo exame pericial. Santana Júnior também disse que a família não tem intenção indenização pecuniária. “Não se trata de uma questão financeira, mas de apuração de possíveis falhas do hospital”, completa.

Vice-prefeita e ex-secretária de saúde de S.Caetano fala de falha de comunicação e do secretário

Em entrevista ao **RDcast** na quinta-feira (2/7) a vice-prefeita de São Caetano, a médica Regina Maura Zetone, que por mais de 20 anos foi secretária de Saúde da cidade, contou que esteve no hospital, conversou com a família e que foi averiguar os procedimentos a que Vanessa Félix da Silva foi submetida. Para Regina, não houve erro médico, mas uma falha de gestão em relação às informações passadas à família.

Regina Maura disse que houve falha da gestão hospitalar em acolher a família e passar as informações corretas. “O que houve foi um déficit de comunicação e de acolhimento da família, isso houve com certeza, porque naquele momento onde havia um desespero, que não sabiam o que estava acontecendo o diretor ou o médico deveriam ter chegado à família para explicar aquilo que fui explicar depois. Faltou acolhimento e a comunicação da pessoa correta, isso não se comunica por nota, muito menos por segurança. Quem orientou essa segurança? A diretoria do Hospital tem obrigação de estar presente nestes momentos de crise porque um dos papéis do diretor, e do secretário, é mediar crises”, observa.

Para a vice-prefeita de São Caetano, “a lição que se tira desse episódio é que o secretário tem que estar presente, sempre. Secretário tem que estar na linha de frente, é um cargo extremamente árduo. Caso de óbito materno é gravíssimo, a mortalidade materna é o que é mais visada na gestão pública, nos índices de efetividade do serviço de saúde. No caso de Vanessa a vice-prefeita apoia a investigação. “Neste caso a família tem direito a buscar a apuração”, completa.

<https://www.reporterdiario.com.br/noticia/3856109/prefeitura-de-sao-caetano-tenta-censurar-materia-sobre-alta-na-mortalidade-de-mulheres-em-idade-fertil/>

Veículo: Online -> Site -> Site Repórter Diário

Seção: Cidades